

GÊNERO E SEXUALIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA PRÁXIS EDUCATIVA DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Gilmar Pereira Costa ¹
Getuliana Sousa Colares ²
Wendel Melo Andrade ³

RESUMO

As temáticas do gênero e da sexualidade foram por muito tempo completamente ignoradas, desprezadas nas experiências formais de educação. Com o percurso histórico e o avanço das pesquisas sobre tais objetos, verificamos uma maior decorrência de debates na escola, mas ainda são insuficientes se considerarmos que os fatos mostram que a diversidade continua sendo desrespeitada no espaço escolar. O presente artigo tem como objetivo identificar os limites e possibilidades na abordagem do gênero e da sexualidade na *práxis* educativa de uma escola pública. Para tanto, esta pesquisa se assume como um estudo de caso do tipo único, de natureza qualitativa, tendo como sujeitos respondentes professoras de uma escola de ensino médio situada na cidade de Tauá, no interior do Estado do Ceará. Os dados coletados e analisados nos permitiram concluir que, mesmo com a prática de discussão, ainda é visível em alguns professores a dificuldade de conhecer conceitualmente a temática e de trabalhá-la pedagogicamente.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação, Escola Pública.

INTRODUÇÃO

Não é recente a discussão das categorias gênero e sexualidade aliadas à dimensão da educação. Sabemos que é inegável que um tema tão silenciado, minimizado no currículo, é extremamente relevante de ser discutido, principalmente se considerarmos que ele está presente em todos os momentos da vivência escolar, quer seja implícita ou explicitamente. Discutir gênero e sexualidade, assim, continua sendo demanda a ser atendida pelos sujeitos da educação preocupados com tudo o que permeia um espaço tão múltiplo como é a escola.

A discussão sobre este objeto nasce das inquietações pessoais e profissionais dos pesquisadores e pesquisadora, que atuam como professores da educação básica, buscando a compreensão de como tais fenômenos se apresentam na realidade e como podem vir a se configurar, com a intervenção dos docentes que convivem diariamente com alunos e alunas

¹ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, gpc_pedcult@hotmail.com;

² Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC, getucolares@hotmail.com;

³ Doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC, professorwendelmelo@gmail.com.

diferentes entre si e muitas vezes se sentem despreparados para lidar com situações sensíveis e paradoxalmente, tão negadoras de subjetividades.

O trabalho parte da seguinte questão-problema: quais os limites e possibilidades do trabalho pedagógico com gênero e sexualidade na escola pública? Em consonância com a pergunta feita, este artigo consiste no esforço empreendido no intuito de identificar os limites e possibilidades da abordagem do gênero e da sexualidade na *práxis* educativa de uma escola pública, situada no município cearense de Tauá, através de um estudo de caso, sob o amparo da pesquisa qualitativa.

A leitura deste artigo pode contribuir para a reflexão e ação de gestores, educadores e educandos preocupados com a temática em cheque. Ressaltamos que o cerne do trabalho consiste na discussão/análise dos dados coletados *in loco*, os quais fornecem importantes subsídios ao trabalho pedagógico intencional e consistente sobre gênero e sexualidade na escola pública.

METODOLOGIA

Para a realização da referida pesquisa, primeiro procedemos ao levantamento bibliográfico, atendo-nos às leituras de obras de renome nos estudos em gênero e sexualidade na escola, tendo como referencial teórico-metodológico o arcabouço foucaultiano. Em seguida, foi definido delineamento, natureza, técnicas de coleta de dados e análise dos resultados, de maneira sistemática, sob a forma de projeto de pesquisa.

Desta maneira, optamos pelo delineamento como estudo de caso único, entendendo que este tipo de pesquisa “[...] se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos [...]” (SEVERINO, 2016, p. 128). Tendo como norte a pesquisa qualitativa, composta por um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO; GOMES, 1998, p. 21-22).

Em consonância com o delineamento e a natureza da pesquisa, definimos como técnicas de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a observação de aulas da disciplina *Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais*, que integra as ações do Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) nas escolas de ensino médio cearenses.

Para tanto, o *locus* escolhido foi a Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Monsenhor Odorico de Andrade, situada em Tauá, cidade-sede da mesorregião conhecida como Sertão dos Inhamuns e os sujeitos respondentes foram 03 professoras diretoras de turma atuantes na instituição escolar há mais de 05 anos. A escolha das docentes tomou como base o fato de que são professoras de distintas disciplinas do currículo, apresentam atuação ininterrupta no ensino e, por ministrarem a disciplina citada no parágrafo anterior, lidarem com questões-problema atreladas à diversidade.

As professoras tiveram contato com os roteiros de entrevista semiestruturada e observação instantes antes da realização de tais procedimentos e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a publicação de suas narrativas em eventos e outras formas de publicação científica, sendo garantido anonimato. A interpretação dos dados se deu por meio da “análise de conteúdo”, sendo as docentes identificadas através de código contendo a letra inicial da profissão de “Professora” (P), seguida do número sequencial, como no exemplo: P1, P2 e P3.

COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

O ato de ensinar é revestido de complexidades. Cada vez mais se faz necessário ao professor, em um contexto tão múltiplo, estar pedagogicamente preparado para lidar com as variadas questões que adentram o espaço da escola. Quando falamos de preparação, estamos aqui nos referindo à esfera da formação e dos saberes que o docente deverá mobilizar para compreender e intervir de modo a considerar que tudo o que ocorre no seio da escola carece de problematização, de trabalho intencional e avaliação contínua, tendo em vista a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Em sua trajetória, o professor irá se deparar com a experiência de lidar com as diferenças, de perceber na realidade o quão velada é a dimensão da sexualidade e de como os saberes se confrontam numa tensão constante entre o que foi/é historicamente posto e o que tem se modificado com o passar dos contextos históricos. Conforme o legado freiriano, entendemos que ao educador cabe à missão de desenvolver um olhar crítico e questionador sobre a realidade, com clareza e acuidade, posicionando-se diante do mundo (FREIRE, 1996).

Importa elucidar que, quando Freire (1996) afirma que o ensino é um ato ideológico, o autor está reforçando que cabe ao educador questionar as verdades absolutas, estar aberto para se encontrar com as diferenças e enfrentar seus próprios preconceitos, assumindo uma postura de alteridade (FREIRE, 1996). Assim, ao professor é destinada a missão de auxiliar o aluno a

produzir conhecimento, deixando claro que estamos inseridos em uma sociedade permeada pelas diferenças sociais e que estas carecem de serem olhadas com respeito.

Boa parte das visões preconcebidas acerca do gênero e da sexualidade reside no fato de que as pessoas ainda entendem a sexualidade de maneira reducionista, atrelando-a à reprodução e enquadrando-a como essencialmente biológica. Ao adotar tal visão, é cometido um equívoco grandioso: dissociar a sexualidade da sociedade, da cultura e da história. É na ausência de tal compreensão que assistimos frequentemente a pessoas conceitualmente considerando a sexualidade como algo dado, pronto e acabado, quando sabemos e as pesquisas comprovam que ela é construída socialmente, na teia das relações.

Entendemos que é necessário reforçar que:

[...] a compreensão da sexualidade tem perdurado numa concepção binária, da existência de dois sexos, associada à reprodução, prevalecendo um eixo condutor moralizante, castrador do prazer, cerceador de suas diversas expressões. Todavia, a sexualidade humana transcende este eixo, senão estaria sujeita a determinismos restritos ao mundo natural (LOIOLA, 2009, p. 38).

Desta forma, endossamos em nosso trabalho a concepção de sexualidade que rompe com a descrita na citação. Assim, tal ruptura demanda a desnaturalização ou desfamiliarização com as ideias já assimiladas, admitindo o pressuposto básico de que é necessário descompartmentalizar o homem e a mulher, entendendo-os como inseridos em uma pluralidade e imprevisibilidade.

Há que se atentar ainda para a conceituação de gênero, principalmente no cenário atual, que tem se encarregado de desvirtuá-lo de sua real significação dado o conservadorismo crescente evidenciado no Brasil e demais países da América Latina. Gênero, assim, pode ser entendido como:

[...] uma noção que postula que o sexo é o produto de uma construção social permanente que dá forma, no interior de todas as sociedades humanas, à organização das relações sociais entre homens e mulheres. Esta noção surgiu da necessidade de insistir no caráter fundamentalmente social das diferenças fundadas no sexo. O gênero é o elemento constitutivo dessas relações sociais fundadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos, e é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 79-80).

A autora sinaliza ainda, em uma outra definição, que gênero pode ser compreendido como:

[...] um saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no [sic] tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos,

determina univocamente como a divisão social será definida (SCOTT, 2019, p. 12-13).

Scott (1995; 2019), como historiadora preocupada com as relações de gênero, fornece um contributo relevante, atribuindo a esta categoria o status de “categoria útil de análise histórica”. Em se tratando da esfera da educação, entendemos que a escola é *locus* privilegiado na formação dos sujeitos e nela, as relações travadas cotidianamente implicam na construção e desconstrução dos significados socialmente concebidos.

A vivência na escola implica diretamente na necessidade de revisitar os conteúdos e a linguagem usada por todos os sujeitos da escola (educadores, educandos, funcionários e demais segmentos), haja vista que entendemos que a categoria gênero não está presente na instituição escolar somente no tocante às diferenças entre as pessoas, mas é considerada no delineamento das atividades, no comportamento, na tomada de decisões, na avaliação e em todos os processos pedagógicos que ela promove.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA

Os educadores são importantes atores sociais que desempenham significativo papel na formação do indivíduo e, assim, são responsáveis diariamente pelo tratamento a meninos e meninas. Por esta razão, Miskolci (2010) afirma que cabe ao professor estar atento às desigualdades sociais produzidas no interior das atividades educacionais.

O autor chama a atenção para a necessidade de reconhecimento do gênero e outros marcadores de diferença, como raça, etnia, classe, etc., argumentando que não se concebe reforçar em nossas práticas o pensamento preconcebido de que estas marcas significam que um ser humano é superior ou inferior a outro, melhor ou pior que outro, gerando uma falsa hierarquização.

Consideramos essencial a compreensão de que:

[...] A articulação de gênero com outros marcadores de diferença explicita o questionamento da identidade como fixa, una e imutável, de forma a pensar a sua fluidez. Assim como temos uma construção social que diferencia, e muitas vezes hierarquiza, os sujeitos a partir de marcas corporais, é possível construir relações nas quais as diferenças corporais não signifiquem inferioridade, subalternidade, determinando as posições do sujeito (MISKOLCI, 2010, p. 54).

Na assertiva acima vemos uma familiaridade com o pensamento de Foucault (2014), para quem o corpo é tornado dócil no processo de escolaridade e, nesse sentido, moldado ao

que é desejado socialmente. Sabemos que a escola traz consigo manifestações orundas da sociedade e assim reproduz o que no social é tido como ideal, “bem quisto” e aprovável.

É relevante pontuar que durante muito tempo em nossa história e curiosamente em muitas experiências que ocorrem atualmente, a escola e mais especificamente a sala de aula foram/são encaradas como sexualmente neutras. Nesse universo de invisibilização, assistimos a uma educação que tende a silenciar qualquer vestígio de sexualidade ou relegá-la à esfera do privado. No imaginário conservador, não faz sentido abordar a sexualidade na escola.

No seio dessa problemática, cabe dizer que existe uma tendência entre os educadores de agirem como se eles mesmos fossem desprovidos de sexualidade, o que se reflete na forma como muitos educadores tratam os alunos que manifestam sua sexualidade ou desvirtuam dos padrões socialmente aceitos. Demonstrar sua sexualidade, assim, só é uma atitude bem vinda, caso a demonstração esteja dentro do que os preceitos sociais entendem por correto, bom, normal.

Há que se atentar para a premissa de que:

O menino ou a menina que se revela diferente não é estranho em si mesmo. É o educador, os colegas de sala e demais pessoas na instituição escolar que os classificam como esquisitos. Marcar alguém como estranho é a forma que encontram para defender o mito da neutralidade da escola em matéria de sexualidade. Esse mito só serve à manutenção das normas sociais, o que costuma acontecer por meio da reprodução escolar das formas consideradas adequadas de ser e de se comportar. O objetivo aparente seria o de formar a todos e todas para serem como devem ser, ou seja, a escola, opera de forma a conformar todos a uma maneira única de viver a sexualidade, a prescrita pela tradição e que pode ser descrita como heterossexual, monogâmica e voltada para a reprodução (MISKOLCI, 2010, p. 80).

Quando Miskolci (2010) aborda a tensa relação entre os alunos classificados como normais e os tidos como estranhos, o autor está defendendo na verdade que uma prática educativa que silencia as diversidades sexuais, invisibilizando-as, está agindo equivocadamente, ao mesmo tempo em que ao se ater ao “[...] silêncio sobre as diferentes formas de amar é homofóbica” (MISKOLCI, 2010, p. 81).

Uma outra elucidção feita pelo autor diz respeito ao fato de que o silenciamento sobre a diversidade de vivências com a sexualidade ocasionou a ignorância sobre elas. Desta forma, ao se esquivar de falar sobre a homossexualidade e outras formas de manifestação da sexualidade, a escola está corroborando com a sua manutenção como tabu, como expressão da anormalidade (MISKOLCI, 2010).

Uma prática educativa fundada na abordagem às diferenças de forma respeitosa, desprovida de preconceitos e calcada na alteridade pode se configurar na criação de um

ambiente acolhedor e propício à aprendizagem de todos e todas. A diferença pode deixar de ser vista como estigma e adquirir a conotação de designadora da pluralidade humana. Mais que urgente, é necessário que a escola se permita rever a si mesma, fomentando o debate em torno da acolhida às diferenças, em um contexto onde a cultura de paz seja construída e possa permear as nossas práticas educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de pesquisa em campo, delineado sob a forma de estudo de caso único, ocorreu em uma escola categorizada no Estado do Ceará como profissional: a EEEP Monsenhor Odorico de Andrade, situada em Tauá, conforme já explicitado no item Metodologia. A utilização das técnicas da entrevista semiestruturada e a observação permitiu aos pesquisadores a premissa de ter contato com o dito e o vivido, de modo a se aproximar o máximo possível da realidade vivenciada pelas docentes.

Visando conferir organicidade à análise dos dados coletados, faremos a discussão primeiramente do teor das observações e em seguida, ateremo-nos ao conteúdo das entrevistas que consideramos mais relevante para a argumentação deste trabalho.

Importa elucidar que foram feitas observações das aulas de *Formação para a Cidadania e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais* por três semanas seguidas, nas quais, com base no Roteiro de Observação elaborado para esta pesquisa, olhamos a composição das aulas e como os alunos e alunas eram tratados e como se tratavam entre si, percebendo os papéis de gênero e sexualidade que desempenhavam.

Em linhas gerais, observamos que a maioria das práticas observadas condizem com o que a literatura existente sobre gênero e sexualidade preconiza, assim como dispõem os documentos legais que amparam nossas práticas pedagógicas em nível nacional e estadual. De todas as experiências com as quais nos deparamos, somente a da P2 demonstrou estar bem aquém do esperado, sendo bastante presente em sua fala e ação posturas conservadoras e pouco abertas a mudanças ou ressignificações.

Em uma aula ocorrida na segunda semana de observações, na qual a sala estava organizada em círculo para a promoção de uma dinâmica relacionada ao conteúdo, a professora lançou mão de um comentário bastante desagradável a uma aluna que estava sentada de pernas abertas, relaxadamente: - Senta como menina! Que mania feia de se sentar é essa, “Paloma” (nome fictício)? A aluna, demonstrando incômodo, retrucou dizendo que não concorda em tal reclamação ter como mote o seu sexo biológico, mas que seja usado como

motivo a inadequação do modo de sentar ao ambiente. A professora, visivelmente incomodada, reage com uma outra assertiva de teor igualmente machista: - É, desse jeito não vai ter homem que queira. Vai ficar solteira! A aluna retrucou novamente e falou que não sente vontade de casar, mas se for fazê-lo, o marido terá que gostar dela como é. A discussão começou a esquentar e gerar um clima tenso, porém o horário da aula encerrou.

Os fatos observados nos possibilitam estabelecer uma relação com o que Foucault denominou de “docilidade dos corpos”, fenômeno complexo e articulado com a “disciplina” que caracteriza as nossas instituições escolares. Desta forma,

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que poder ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Em um outro momento, presenciamos a P2 em atitude desrespeitosa à realização pelo Grêmio Escolar do concurso de escolha da Miss Gay da escola, alegando que os alunos têm liberdade de serem o que quiserem, mas que um evento como o citado é desnecessário por tentar fazer os demais aceitarem à força algo que não é natural. Este fato ocorreu em um dos corredores da escola, em momento de transição de uma aula para outra.

Com relação às entrevistas, um dos questionamentos mais importantes buscava saber das docentes como elas acreditam que o gênero e a sexualidade estão presentes na escola. As professoras afirmaram que:

[...] Desde que comecei a lecionar, percebo a diversidade entre os alunos. Com relação à sexualidade, ao gênero, percebo que isso incomoda alguns professores ou funcionários. Eu particularmente entendo que a escola pública é para todos e, assim, um aluno ou aluna com sexualidade distinta precisa ser enxergado e valorizado como qualquer outro, mas a gente precisa entender que, por estar em um universo distinto, a sua diferença não pode ser alvo de desrespeito (P1).

Eu penso que há um exagero por parte de quem defende a questão da diversidade de gênero em afirmar o tempo todo que isso precisa ser modificado. Eu vejo todas as pessoas de sexualidade diferente sendo respeitadas, desde que se comportem bem e respeitem os demais, já que esses são maioria. Ao meu ver, querem nos fazer engolir um debate muito liberal (sic) sobre esse assunto. Todos tem que ser tratados igualmente (P2).

Eu aprendo muito com os meus alunos e alunas diferentes em vários aspectos e também com os colegas e as colegas professoras que também possuem orientação sexual diferente. Não vejo problema em conviver e penso que nós, professores, temos a missão de acolher a todos e todas bem,

enxergando as diferenças e fazendo com que elas nunca sejam usadas para separar, para oprimir [...] (P3).

Nos depoimentos anteriores é possível perceber que as falas se encontram em dois polos distintos: um, em que se situam a P1 e P3, e outro em que reside a P2. O primeiro polo compreende a importância de se trabalhar com gênero e sexualidade como dimensões de conteúdo e, portanto, temas passíveis de discussão e trabalho pedagógico e o segundo polo, por sua vez, transmite um pensamento conservador que prima pela visão de igualdade, ignorando completamente a equidade que deve permear as nossas práticas pedagógicas.

O segundo questionamento diz respeito ao fato de as professoras já terem visto situações de preconceito na escola e, se viram, como reagiram. As três professoras afirmaram que já presenciaram cenas do tipo, evidenciando que ocorrem muitas vezes naturalizadas pelos alunos e alunas. Enquanto as docentes P1 e P3 declararam não ficar indiferentes em casos dessa natureza, a P2 afirmou que repreende, mas não se envolve muito por considerar que se trata de incumbência da equipe da gestão escolar.

Consideramos que o depoimento específico da P2 sinaliza uma desresponsabilização por um trabalho que é de competência de todos os sujeitos que formam a comunidade escolar. Não há como nenhum sujeito que está inserido na escola se isentar de tal responsabilidade tão determinante e que pode, inclusive, interferir no sucesso escolar.

Questionamos ainda as professoras acerca dos limites e possibilidades do trabalho pedagógico com o gênero e a sexualidade na escola pública. As respostas foram condensadas em um quadro:

Quadro 1 – Limites e possibilidades do trabalho com gênero e diversidade na escola

LIMITES	POSSIBILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de adesão de professores e professoras; ▪ Dificuldade de abordagem com a família; ▪ Crescente conservadorismo do país; ▪ Posturas machistas, sexistas, homofóbicas, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhar a temática nos momentos formativos, através da formação entre pares; ▪ Sensibilizar a família nas reuniões de pais e nos conselhos de turma; ▪ Intervir nas situações preconceituosas.

Fonte: Elaboração própria.

O quadro acima demonstra como a escola percebe que a temática é recorrente em seu interior e enxerga algumas portas abertas de enfrentamento às situações-problema que vivencia. É urgente que a escola compreenda que tratar uma problemática tão complexa com

coerência requer que ela revise a si mesma, promovendo momentos de reflexão e debate que possam maturar o entendimento nos indivíduos que a formam.

Entendemos que os limites acima identificados consistem em práticas oriundas das nossas ações, que são mediadas pelo tempo, sendo passíveis de ressignificação. As dificuldades mencionadas pelas professoras podem ser superadas. Para tanto, cabe à escola criar estratégias concretas e empreender um trabalho coletivo comprometido com a mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que originou este trabalho traz consigo preocupações tidas como macro por refletirem nuances da desinformação sobre um assunto fundamental para o exercício da cidadania e a realização da nossa própria humanidade: a acolhida às diferenças. Sabemos o quanto a não aceitação e respeito às identidades tem deixado marcas no ensino escolar porque além de prejudicar a sociabilidade dos indivíduos, também repercute na aprendizagem.

É relevante afirmar que a imersão no campo possibilitou a verificação de que o corpo dos nossos alunos tem sido vigiado, docilizado, disciplinado de modo que tanto as nossas ações como os nossos discursos tem se encarregado de reproduzir estigmas, tal como preconizou Foucault (2014, *passim*).

As observações possibilitaram que nossos olhos vissem na cotidianidade da prática docente que, mesmo a maioria das docentes respondentes já reconhecendo a importância de se trabalhar pedagogicamente gênero e diversidade, é preciso investir em formação humana e técnica dos sujeitos que compõem a instituição escolar, garantindo acesso aos conhecimentos teóricos e práticos necessários para se trabalhar adequada e coerentemente temáticas tão complexas e que apresentam interface com a sensibilidade.

Podemos afirmar que tanto nas observações quanto nas entrevistas realizadas, técnicas bastante significativas em pesquisas qualitativas, conseguimos identificar os limites e possibilidades de se trabalhar gênero e diversidade na escola. Os limites sinalizados pelas professoras foram: *a falta de adesão de alguns professores e professoras*, o que dificulta o trabalho dos que aderem e entendem a causa; *dificuldade de abordagem com a família*, haja vista que muitas vezes ela se fecha a entender as mudanças históricas e a diversidade é interpretada como uma espécie de “afrota” aos valores tidos como tradicionais; o *crescente conservadorismo do país e do mundo*, que traz sérias implicações às lutas sociais, e as *posturas machistas, misóginas, sexistas e homofóbicas* lançadas pelos diferentes sujeitos que estão na escola.

As professoras veem ainda como possibilidades de trabalhar significativamente o investimento em *formação dos professores*, como meio pelo qual o conhecimento possa transitar na instituição, chegando aos alunos e alunas; *sensibilização da família* para tais questões nos diferentes momentos em que ela esteja na escola, e *intervir nas situações preconceituosas* que ocorrem em seu interior de maneira mais efetiva.

É mister que a escola, espaço por excelência responsável pela transmissão do conhecimento produzido historicamente, desperte para uma de suas funções mais negadas ao longo dos tempos: a de espaço de reflexão sobre a realidade. É inconcebível pensar tal espaço como somente reprodutor de conteúdos “úteis”. Ao resgatar sua missão reflexiva, ela estará se constituindo numa instituição produtora de conhecimentos não só úteis, mas que versem sobre nossa humanidade, nossa diversidade.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOIOLA, Luís Palhano. Sexualidade, gênero e diversidade sexual. In: COSTA, Adriano Henrique; JOCA, Alexandre Martins; LOIOLA, Luís Palhano. **Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual**. Fortaleza: UFC, 2009.

_____. **Diversidade sexual: perspectivas educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos, RS: EdUFSCAR, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3, 1994. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/viewFile/2891/1527>>. Acesso em: 13/07/2019.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. /dez. 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.